

2ª quinzena de abril de 2001

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 80

O diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, Bernard Cassen, está se constituindo em uma liderança dos movimentos sociais. Uma das estrelas do Fórum Social Mundial, Cassen tem viajado pelo mundo participando de diversas manifestações antiglobalização econômica. Ultimamente esteve na Marcha Zapatista, na Cidade do México, em várias cidades européias, na Coreia do Sul, e participou dos protestos contra a Alca, em Buenos Aires. Em todos esses cantos do mundo, ouve falar de uma cidade que, segundo ele, está se constituindo na capital mundial contra o neoliberalismo: Porto Alegre.

Página 12

Barrados na fronteira

Manifestante anti-Alca contempla o alvorecer às margens do rio Uruguai, em Paysandú, na divisa do Uruguai com a Argentina. Ele é um dos mais de 600 integrantes da delegação gaúcha que foi barrada na fronteira a caminho de Buenos Aires.

A proibição do ingresso de brasileiros na Argentina fere dispositivo do Mercosul e amplifica repercussão dos protestos contra a Alca. Nesta edição, acompanhe os passos da delegação gaúcha, que foi retida pelo Exército na fronteira com o Uruguai e, em protesto, invadiu o consulado argentino em Paysandú. As manifestações em Buenos Aires, que integraram o movimento antiglobalização econômica, antecederam a 3ª Cúpula das Américas, realizada em Quebec, no Canadá.

Páginas 5, 6 e 7

Miguel Chikaoka



Por uma nova utopia

A discussão sobre a implantação da ALCA, que deverá ocorrer a partir de 2005, leva à reflexão sobre o nosso futuro e o das Américas. A necessidade de implantação desta nova/velha forma de imperialismo, que junta a expansão econômica com a destruição cultural das sociedades para facilitar o consumo, deixa a todos perdidos sobre o que atacar primeiro. Esta prática, chamada de barbárie, pode ser vista no passado como a horda de indivíduos vindo do norte invadindo as tribos para conquistar, sem nenhum respeito ou mínimo de descendência com os invadidos. Eles são úteis enquanto escravos.

Como reagir a esta barbárie moderna? Um dos primeiros passos é entendermos que não somos os únicos e nem estamos sozinhos na luta contra esta barbárie. A percepção é de que na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, em dimensões e tempos diferentes, as relações de trabalho estão sendo atacadas como no Brasil. Os governos chegaram ao poder de forma diferente, têm relações com o Legislativo diferenciadas mas aplicam o mesmo receituário de precarização das relações de trabalho, fragilização das relações sociais e todos enfrentam índices de desemprego e criminalidade semelhantes. Se, para o início desta degradação, a inflação, nos moldes como nós a conhecíamos, foi o mote, hoje a inflação criada pelo neoliberalismo

econômico, mas que os economistas não sabem ainda como medir, serve para que a implantação de seu modelo consiga se estabelecer e perpetuar.

Devemos fazer uma frente contra esta nova política buscando esclarecer as pessoas de que a inflação pode ser demonstrada pela falsa estabilidade das moedas e a crise social gerada pela implantação deste modelo econômico.

O capital especulativo investe nos países enquanto eles têm chances de responder à remuneração alta exigida. No instante que estas fontes se esgotam, eles buscam novas fontes que visem à remuneração deste capital em patamares cada vez mais alto o que obriga os países em disputa a procurarem novas fontes de remuneração. A jogatina está esbaqueada e o leilão entre os países criado. Semelhante à guerra fiscal brasileira em nível mundial.

As reuniões de Quebec e Davos nada mais são do que o esgotamento de um modelo. Onde os modernos reis capitalistas, à semelhança da Idade Média, buscam se entender, à semelhança da tábua redonda sem o Merlin para orientá-los, para não serem engolidos pelos artesãos e aldeões.

Precisamos criar a utopia nova, que será a saída desta barbárie moderna como as barricadas de Paris, foram a realização de um utopia construída pela revolução francesa.

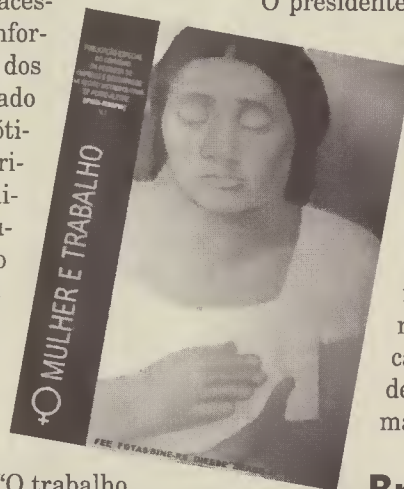
OBSERVATÓRIO

Mais mulheres

As mulheres representam 52,9% da População em Idade Ativa (PIA) – indivíduos com dez anos ou mais –, mas apenas 44,7% do total da força de trabalho. Em 2000, no entanto, a participação feminina na PEA (População Economicamente Ativa) foi maior do que a masculina: 4% contra 1,8%. Estes são alguns dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), que integra o caderno “Mulher e trabalho”. A publicação, lançada neste mês de abril e organizada por Irene Galeazzi, é uma parceria do convênio Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/Sine), Diesse, Seade/SP e Fundo e Amparo ao Trabalhador (FAT).

Ótica de gênero

Editado há três anos, o caderno “Mulher e trabalho” tem como objetivo tornar acessíveis à sociedade informações a respeito dos fenômenos do mercado de trabalho numa ótica de gênero. A primeira parte da publicação trata da ocupação, desemprego e rendimentos das mulheres. A segunda é constituída por uma série de artigos, versando sobre: “Os desafios para o século XXI”, “O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta?”, “Mulheres trabalhadoras: a chefia da família da família e os condicionantes de gênero”, “Feminização da pobreza em cenário neoliberal”, “Gênero e trabalho na terceira idade”, “Revisão da Convenção 103” e “A atualidade da discussão sobre a divisão sexual do trabalho”. Um detalhe: todos os artigos são escritos por mulheres.



Água

No ano que vem, a ONU promove, na África do Sul, a Terceira Cúpula da Terra (também chamada de Rio+10, por se realizar dez anos depois da ECO92). A água será um dos assuntos centrais. A tendência é que prevaleça a posição das grandes empresas, governos e organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com eles, (1) a água é considerada um bem econômico, (2) o acesso à água é visto como uma necessidade vital e (3) a privatização dos serviços de abastecimento é tida como uma solução inevitável.

Água I

O Contrato Mundial da Água, coligação de organizações ambientalistas, movimentos camponeses, organizações não-governamentais e partidos progressistas, começou a ser constituído há dois anos. Contrapondo-se aos três dogmas neoliberais, ele defende: (1) a água é uma herança comum da humanidade e pertence a todos os organismos vivos, (2) o acesso à água é um direito individual, social e coletivo, portanto, assim como a vida ou a liberdade, precisa ser assegurado a todos independentemente de pagamento, e (3) o financiamento dos investimentos necessários para garantir o acesso dos seres humanos à água é responsabilidade coletiva da humanidade. (Fonte: Agência Carta Maior)

Bush chuta o balde

O presidente dos Estados Unidos jogou para o ar dez anos de esforço para a finalização do tratado sobre mudanças climáticas. O Protocolo de Kyoto, que estabelece cotas de emissão de CO₂ na atmosfera, já apresentava problemas desde antes da vitória do candidato republicano. Assessores do presidente Bush chegaram a afirmar que o acordo está morto.

Brasis

Estudo comparativo do IPEA, órgão de planejamento do governo, com base em dados do IBGE, mantém o Brasil na condição de país com a maior concentração de renda do mundo. Os 10% mais ricos da população ganham 28 vezes a renda obtida pelos 40% mais pobres. Na Argentina, a relação é de dez contra 5,5 vezes nos Estados Unidos e quatro vezes no Japão. Essa proporção (coeficiente de Gini) está praticamente inalterada no Brasil há 25 anos. De acordo com os pesquisadores, em nenhum outro país a desigualdade se manteve tão alta durante tanto tempo.

Professores na Alemanha

Em matéria publicada na edição passada, omitimos a presença de três professores da Faculdade de Arquitetura na delegação que irá à Alemanha em junho. Acompanhando o grupo de 22 alunos, participarão do intercâmbio os professores Daniela Fialho, Albano Volkmer e Célia de Souza.

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

ALTERNATIVAS

Porto Alegre sediará Fórum Mundial da Educação

Porto Alegre sediará mais um importante debate mundial, desta vez sobre a educação popular.

Promovido pela Prefeitura, o Fórum Mundial de Educação será realizado de 24 a 27 de outubro deste ano. O evento pretende preparar os debates para a segunda edição do Fórum Social Mundial, que acontecerá em janeiro do próximo ano, em Porto Alegre. Um dos objetivos dos organizadores do evento é tornar a cidade uma referência internacional também na área da educação. A capital gaúcha é uma das cidades com um dos índices mais baixos de evasão escolar em relação às outras capitais, com apenas 1,40%. A rede municipal tem 3,7 mil professores dos ensinos fundamental e médio, sendo que 90% deles possuem formação superior. O sistema educacional em ciclos, implantado em 1995, reduziu os índices de reprovação e evasão escolar, que chegaram em torno de 30% em 1994.

O Fórum Mundial de Educação pretende reunir cer-

ca de sete mil pessoas de todos os continentes. A expectativa da Prefeitura é contar com uma grande participação dos países da América Latina, África e Ásia. Em toda a área central da cidade ocorrerão conferências, oficinas, mostras e painéis. A programação completa está em fase de construção. Quem quiser acompanhar a organização do Fórum Mundial de Educação e a definição de sua programação pode consultar o site www.forummundialdeeducacao.com.br

A decisão de realizar o Fórum Mundial de Educação partiu da constatação de que, na conclusão dos trabalhos do 1º Fórum Social Mundial, a temática educacional não esteve contemplada nos grandes momentos do encontro. Agora, a partir desta iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre, os educadores do mundo todo terão uma oportunidade para organizar sua intervenção no grande espaço do Fórum Social Mundial. Segundo os organizadores do evento, um de seus objetivos cen-

trais é “produzir espaços de diálogo e chamar a atenção dos governos e das populações mundiais sobre a luta por uma educação que garanta a todos o acesso não só ao conhecimento, mas, fundamentalmente, à dignidade de ser cidadão, no seu sentido mais amplo garantido pela Carta da ONU”.

Na avaliação do prefeito Tarso Genro, promotor e anfitrião do encontro, a realização do Fórum Mundial de Educação afirmará Porto Alegre como Cidade Educadora, “como um sujeito social e político que assume um claro compromisso com a cidadania global”. Através deste tipo de iniciativa, escreve Tarso no manifesto de lançamento do Fórum, Porto Alegre “resiste à exclusão social e confirma seu perfil democrático, colocando-se como agente transformador, promotor de uma nova cultura humanista e indutor de políticas tendentes à igualdade e promotoras da cooperação internacional”.

MARCHA

Manifestantes em Brasília pedem CPI da Corrupção

Diretores da Adufrgs participaram dia 5 de maio da Marcha sobre Brasília, na capital federal. Eles integraram o bloco SOS Educação, que contou com professores e estudantes de vários Estados brasileiros. Através de faixas e cartazes, os manifestantes criticaram o desmonte do ensino público. Para pressionar o Congresso Nacional a implantar a CPI da Corrupção, cerca de 12 mil pessoas estiveram na barulhenta caminhada, que contou com um sócio de FHC, humor, indignação e a presença do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. No final do protesto, o possível candidato à sucessão presidencial jogou pedaços de pizza para os manifestantes.

A marcha chegou a impedir a entrada do primeiro-ministro francês Lionel Jospin e de Fernando Henrique Cardoso pelo tapete vermelho do Palácio do Planalto. Os dois usaram uma porta lateral do prédio. Vaiado, Jospin se irritou com os manifestantes, e se defendeu dizendo que sustenta uma aproximação entre União Européia e Mercosul, o que, para o Brasil, poderia ser uma alternativa à Alca. A oposição planeja mais manifestações para pressionar pela implantação da CPI. Ainda não completamente inviabilizada, ela começa a perder adesões devido às pressões do governo de Fernando Henrique Cardoso. Parte do PMDB e PPB que votaria a favor voltou atrás. O deputado gaúcho Osvaldo Biolchi (PMDB) foi um dos que cancelaram seu apoio. Ele argumentou que assinou “equivocadamente” a lista.

Protesto: Manifestantes percorreram as ruas de Brasília, exigindo a criação da CPI da Corrupção e denunciando o desmonte do ensino público

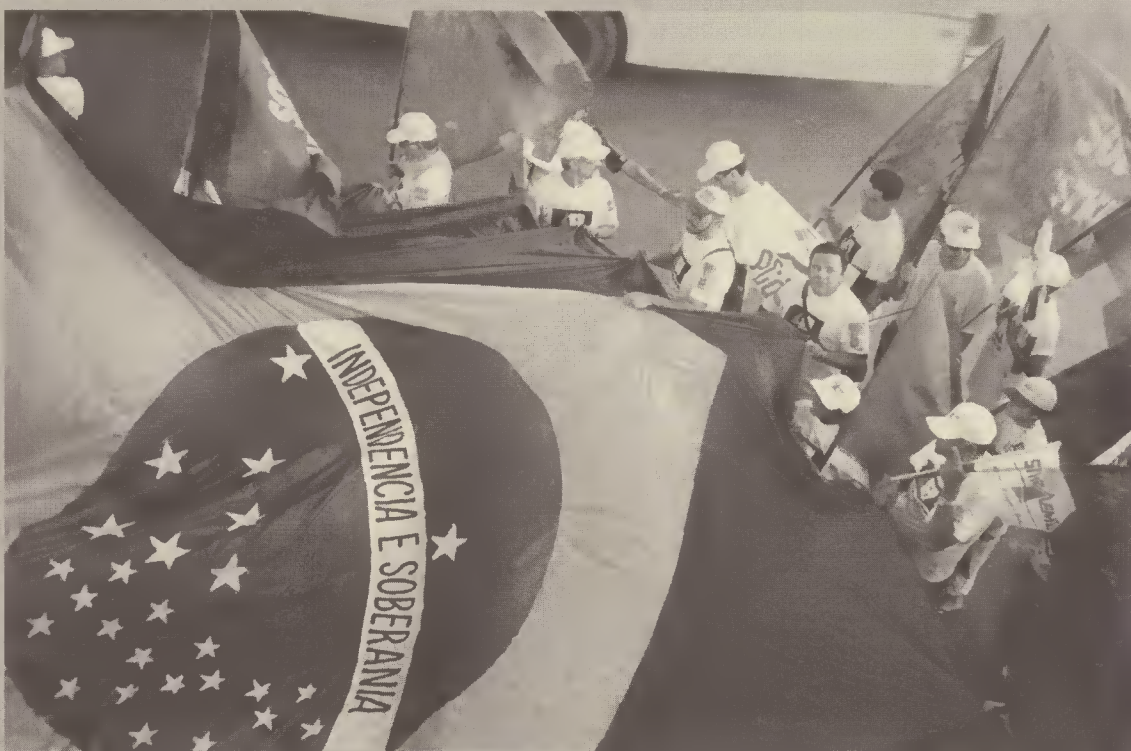


Foto: Daniela Fialho



FÓRUM DA LIBERDADE

A maioria dos participantes do XIV Fórum da Liberdade defendeu a privatização como remédio para os males sociais do Brasil. Até a extinção do Ministério da Educação foi proposta durante o evento.

Empresários rimam liberdade com privatização

Nos dias 9 e 10 de abril, Porto Alegre foi palco do XIV Fórum da Liberdade, evento promovido anualmente pelo Instituto de Estudos Empresariais do Rio Grande do Sul. O fórum empresarial foi uma resposta direta ao Fórum Social Mundial, realizado em janeiro deste ano na capital gaúcha. A temática do encontro – os problemas sociais do Brasil – não foi escolhida por acaso. Mas, se no Fórum Social Mundial, a defesa do papel do Estado na resolução dos problemas sociais foi uma constante, no Fórum da Liberdade, a receita foi justamente a oposta. O Estado foi apontado como um dos principais responsáveis pelos problemas sociais do País e o mercado foi objeto de uma entusiasmada apologia. O tom predominante das intervenções foi em defesa da privatização, da desregulamentação da economia e do desmantelamento do Estado, como receita para resolver os problemas sociais.

A intervenção do escritor Olavo de Carvalho foi bastante ilustrativa a respeito do espírito que animou o Fórum da Liberdade. Ele deixou claras as divergências ideológicas existentes entre os dois fóruns. Como a maioria dos convidados, Olavo de Carvalho criticou a presença do Estado na economia e apontou a privatização como solução. O escritor chegou a propor o fechamento do Ministério da Educação e a privatização total do setor. Além de propor a privatização da educação e da previdência, afirmou que é uma demagogia típica da esquerda falar em exclusão social e apontar o capitalismo como responsável pelas misérias do mundo.

Mas Olavo de Carvalho não falou sozinho. Um dos principais incentivadores do evento, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, disse que o "pensamento da esquerda é autoritário e estagnado e o liberal é dinâmico". O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores

(PT), José Dirceu, participou do mesmo painel que o empresário e lembrou que, no Brasil, a democracia foi conquistada pela luta, principalmente da esquerda. Observou ainda que a reforma tributária, defendida pelos empresários, foi inviabilizada pelos representantes liberais e conservadores no Congresso Nacional. Como ocorreu com outros representantes da esquerda, convidados para dar um ar pluralista ao evento, José Dirceu recebeu uma sonora vaia da plateia.

Outra estrela do Fórum da Liberdade foi a ex-ministra da Economia da Nova Zelândia, Ruth Richardson, que defendeu a extinção da legislação trabalhista como forma de "estimular o desenvolvimento da economia nos países subdesenvolvidos". Para ela, as leis trabalhistas só prejudicam o trabalho dos empresários, os verdadeiros geradores de riqueza. Caberia aos trabalhadores, portanto, trabalhar sem ficar importunando os "geradores de riqueza" com suas inoportunas e anacrônicas reivindicações. Tudo em nome da liberdade e da prosperidade. O ex-diplomata e atual presidente do Instituto Liberal de Brasília, José Osvaldo de Meira Penna, ofereceu uma explicação curiosa para o fenômeno da pobreza. Segundo ele, "a pobreza só existe devido à riqueza". E exemplificou: "em Rondônia, ela não é tão gritante como em São Paulo e no Rio de Janeiro". O cientista político francês, Guy Sorman, criticou o espírito do Fórum Social Mundial. Para ele, a crítica à globalização é uma mera reação de segmentos prejudicados na economia mundial, entre os quais os sindicatos. Estes segmentos, ao criticarem o papel do



mercado no desenvolvimento social, estariam defendendo uma posição anacrônica e conservadora. Este foi o tom geral dos discursos no Fórum da Liberdade, um evento onde a liberdade rimou com privatização.

PETRÓLEO

Refap é a primeira vítima da privatização

Terceirização, precarização das relações de trabalho, aumento da produtividade sem levar em conta o risco de acidentes com mortes e danos ambientais são parte do processo, já em curso, de privatização da Petrobras. E a ponta da empresa que começou a ser vendida fica em Canoas. A Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) foi a primeira "unidade de negócios" a ter parte de sua estrutura negociada. Desde 21 de novembro de 2000 que a Refap é uma empresa a parte, chamada Alberto Pasqualini - Refap S.A., uma subsidiária da Petrobras, que conta com 30% de capital estrangeiro: da espanhola Repsol-YPF. Desde 1997, que a lei de abertura no setor do petróleo tornou possível criar subsidiárias, com capital tanto majoritário quanto minoritário. A Refap foi a primeira, mas a Petrobras já está tentando fazer o mesmo com a refinaria de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. "É o começo da privatização. Como, para eles, seria muito difícil privatizar toda a Petrobras,

porque não haveria apoio da opinião pública, eles vão criando subsidiárias com empresas privadas, que vão comprando-a aos pedaços", diz o diretor do Sindicato dos Petroleiros do RS, Geron Pires.

Em abril, os trabalhadores iniciaram uma ampla campanha publicitária em outdoors, rádio e tevê com o slogan "Privatizar faz mal ao Brasil. Tirem as Garras da Refap". Considerando-se prejudicados com a nova estrutura da empresa, os petroleiros, através do seu sindicato, estão ajuizando uma ação civil pública contra a Refap-Repsol, questionando a maneira como foi formada a nova empresa. Os trabalhadores alegam que a Refap S.A. foi criada sem lei específica e que não foram divulgadas informações claras sobre a troca de ativos com a Repsol. "Queremos impedir o desmantelamento da Petrobras", explica Pires.

Os trabalhadores questionam números apresentados pelas duas empresas. Para a formação da subsidiária, a Petrobras deu 30% da Refap (ampliada), com capacidade

de processar 188 mil barris/dia (com preço avaliado em US\$ 540 milhões), 340 postos BR (US\$ 312 milhões) e 10% do campo marítimo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro (US\$ 2,2 bilhões), totalizando US\$ 3,052 bilhões. A Repsol YPF deu a Refinaria de Baía Blanca, Argentina, (valor estimado em US\$ 300 milhões) e 15% da rede de postos EG3 (US\$ 450 milhões), que valeriam, juntos US\$ 750 milhões. Sem consultoria, Petrobras e Repsol fizeram o negócio como se as duas partes tivessem o mesmo valor. "A justificativa da Petrobras é muito vaga, de ampliação de negócios com o Mercosul", fala Pires. Na justificativa da ação, os petroleiros dizem que os números apresentados, embora estimativos, "dão uma idéia do negócio que está sendo engendrado, levando-nos a questionar sua lisura".

Os petroleiros argumentam que os brasileiros saem perdendo dinheiro e que não há razões para entrar num mercado inseguro como o argentino. "A Refap tem

mercado cativo. Abastece o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina. Seu principal cliente é o Pólo Petroquímico, para quem fornece nafta, que é a matéria-prima de seus produtos. Não tem por que abrir mão deste mercado", explica.

Os petroleiros também estão entrando com uma ação trabalhista contra as diretorias da Refap e Petrobras. Com a criação da Refap S.A., os petroleiros gaúchos não são mais funcionários da Petrobras, mas "sucédidos" à nova empresa, o que, na visão do sindicato, é ilegal. "Fomos contratados via concurso público pela Petrobras. E ela não pode repassar seus trabalhadores a esta outra empresa. Os trabalhadores reclamam, ainda, da falta de diálogo da atual diretoria e da forma autoritária com que a Petrobras está conduzindo o processo, sem ouvir os funcionários. "Ficamos sem respostas. É a Petrobras que decide. É ilegal porque não existe sucessão no serviço público. E a Refap, queira ou não, é pública".

ALCA

Descontentamento irrompe em Buenos Aires

Buenos Aires viveu dias 5 e 6 a erupção do descontentamento do povo latino-americano em relação ao projeto da Alca. Cerca de 20 mil pessoas participaram das duas marchas chamadas pela Confederação dos Trabalhadores da Argentina (CTA) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A maior foi a marcha da CTA. Entre os presentes ao protesto, discursaram em frente ao Hotel Sheraton (onde estavam reunidos os ministros da economia), o jornalista Bernard Cassen, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) João Felício, o secretário geral da CTA Victor de Gennaro, "madre" da Plaza de Mayo, Nora Cortiñas, os deputados petistas Aloísio Mercadante e Henrique Fontana e o sociólogo Emir Sader, entre outros.

De Gennaro destacou a um público basicamente de argentinos, brasileiros, uruguaios e paraguaios que a solidariedade latino-americana é o melhor caminho para a resistência dos povos ao domínio do mercado. "Essa marcha faz parte de um processo que começou em Seattle, teve seu ponto alto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre e prosseguirá com as mobilizações previstas para Quebec (durante a Cúpula das Américas)". Gennaro disse que estamos vivendo um novo momento, "no qual a integração dos mercados está fortemente



questionada por outro modelo de integração baseada no espírito de solidariedade e no respeito às culturas e à vida".

O deputado Henrique Fontana lembrou uma das deliberações do Fórum Social Mundial de realizar plebiscitos sobre a entrada dos países latino-americanos na Alca. Foi o que aconteceu na União Européia a respeito da adoção do Euro. O dirigente sindical uruguaio Lalo Fernández perguntou: "O que é democracia? Nada mais e nada menos que a participação permanente do povo". Por isso conclamou um plebiscito continental para decidir o futuro do acordo. Para o presidente nacional da CUT, João Felício, a Alca significa "uma ditadura eterna". Contra essa ditadura, chamou todos para participarem do 2º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, "um espaço de resistência e de nova representação política para acabar com 500 anos de submissão a espanhóis, portugueses, ingleses e, agora, norte-americanos". Encerrou dizendo: "Estamos do lado da classe trabalhadora da América Latina em luta pelo socialismo. Um socialismo com democracia". Um dos pontos altos do ato foi a integração entre trabalhadores brasileiros e argentinos, com Felício agitando a bandeira argentina e De Gennaro, a brasileira. Na multidão cartazes que diziam "No Alcaos", No Alcarajo" e No Alcapitalismo".

Por que dizer não à Alca

1. A Alca será uma extensão de um tratado que já se mostrou cheio de consequências sociais nefastas. Trata-se do Nafta, acordo entre Canadá, Estado Unidos e México, que desde sua implantação em 1994 vem trazendo graves prejuízos para a vida dos mexicanos. O Nafta é apontado como o responsável por danos a trabalhadores, sociedade, e ao meio ambiente no México. Desde o início do acordo, os mexicanos contabilizam um milhão a mais de trabalhadores ganhando menos que o salário-mínimo. Também cresceu o número de famílias na pobreza absoluta: oito milhões. Para servir aos interesses dos Estados Unidos, cresceu a poluição e a emissão de dejetos químicos no país. O Nafta é apontado como responsável pelo incremento dos índices de hepatite e defeitos de nascença. O que o Nafta tem a ver com a Alca? A Área de Livre Comércio das Américas, a maior do mundo, será feita nos mesmos moldes do acordo da América do Norte.

2. A Alca está sendo elaborada em segredo, com discussões fechadas, longe dos olhos e ouvidos das sociedades envolvidas. Mesmo tendo um grande impacto e repercussões decisivas nas economias nacionais e nas vidas dos latino-americanos, essas pessoas estão fora dos debates. Como se trata de um acordo de livre comércio que somente beneficiará às empresas transnacionais, são elas as que têm tido acesso a documentos e discutido as formas do acordo. Apenas 500 representantes empresariais têm permissão de segurança e acesso a documentos de negociação da Alca.

3. A Alca vai degradar ainda mais os direitos trabalhistas e as condições de trabalho. Como a meta é assegurar a mais absoluta liberdade ao capital para movimentar-se continentalmente, isso significará rebaixamento de salários e das condições de trabalho. No México, os trabalhadores já se deparam com o problema de receber menos que o salário mínimo e de

trabalhar mais de 12 horas em várias empresas. Também há ausência de amparo legal, limitação da ação sindical e condições insalubres de trabalho. A livre importação de mercadorias ameaça os empregos em países latino-americanos, assim como o setor industrial dos países. Os textos preliminares do acordo, segundo estudo da canadense Maude Barlow, publicados com o título "A Alca e a ameaça aos programas sociais, ambientais e à justiça social nas Américas", prevêem uma desregulamentação maciça da economia jamais vista em todo o mundo e um conseqüente enfraquecimento da capacidade de intervenção dos estados nacionais nos mercados. Conforme publicado na agência de notícias Carta Maior, citando o trabalho de Maude, a Alca pretende eliminar todo obstáculo à liberalização do comércio. "Entre estes obstáculos, leis de proteção a direitos sociais, trabalhistas e ambientais".

4. A Alca é uma ameaça ao meio ambiente, porque depois da assinatura do acordo qualquer regulamentação estatal destinada a preservar o meio ambiente e à saúde deverá dar testemunho de que não será obstáculo ao comércio e ao investimento. As empresas poderão, inclusive, questionar legalmente os Estados, se seus interesses estiverem sendo ameaçados pelos interesses públicos. Através da Alca, os Estados Unidos pretendem colocar no Hemisfério Ocidental todas as regras do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (Gats), proposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O Gats, em fase de negociação em Genebra, pretende liberalizar o comércio global de serviços, o que inclui todos os programas públicos. A proposta é eliminar os "obstáculos" de governos nacionais à competição internacional no setor dos serviços. A Alca propõe um acordo até mais aprofundado que o Gats, para as Américas. Barlow diz que "a combinação destes dois poderes (Nafta e Gats) em um acordo único proporcionará novos e inigualáveis direitos às

empresas transnacionais do hemisfério para competirem em todos os serviços públicos, incluindo assistência médica, educação, segurança social, cultura e proteção do meio ambiente".

5. A Alca colocará em risco a vida e a saúde dos povos. Com a liberalização, os cidadãos passarão a ser tratados como consumidores. As regras do Nafta sobre o monopólio das patentes (particularmente no setor farmacêutico) também deverão ser ampliadas para todas as Américas e os alimentos transgênicos, legalizados.

6. Aprofundará privatizações. O princípio geral da Alca é transformar os serviços sociais em mercadorias, cujo acesso será a capacidade individual de pagamento. Por outro lado, permitirá às empresas, como já ocorre no Canadá e México, exigir as mesmas "isenções e privilégios" que possuem os organismos públicos prestadores desses serviços. O mundo do comércio internacional considera essas áreas como "monopólios" estatais.

7. Devido à concorrência, as pequenas e médias empresas estão ameaçadas de desaparecer. A eliminação das barreiras alfandegárias está aliada à proibição de políticas estatais que favoreçam o uso de bens nacionais ou privilegiem o desenvolvimento local ou setorial. A obrigação é abrir para compras.

8. Os direitos democráticos da sociedade estarão ainda mais limitados. Com a Alca, toda tentativa de regulamentação estatal, fundada em critérios de desenvolvimento econômico local ou nacional, progresso social, bem-estar da população ou proteção ambiental poderá ser questionada pelo capital. A Alca significa uma camisa de força neoliberal à vontade do povo. O mercado terá impregnado todas as instâncias da sociedade, incluindo suas decisões políticas.

9. A pobreza e a desigualdade crescerão. A zona econômica beneficiará apenas as corporações transnacionais e seus sócios locais.

Textos Jeferson Assunção e Wilson Sobrinho
Fotos Cristina Lima

Caso os brasileiros tivessem passado a fronteira, os protestos teriam se resumido geograficamente a Buenos Aires e outras cidades maiores da Argentina. Como gol contra de De la Rúa, as manifestações acabaram se espalhando pelo Cone Sul. Foram para as ruas, rádios, tevês e jornais. FOTOS COM OS CERCA DE 600 MANIFESTANTES BARRADOS NAS PONTES ENTRE URUGUAIANA E PASSO DE LOS LIBRES (120 PESSOAS EM QUATRO ÔNIBUS) E ENTRE PAYSANDÚ, NO URUGUAI, E COLÓN, NA ARGENTINA (480 EM 19 ÔNIBUS), ESTAMPARAM AS CAPAS DOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS BRASILEIROS, URUGUAIOS E ARGENTINOS. "COM CERTEZA, DEVIDO A ESTE FATO, A DELEGAÇÃO BRASILEIRA CONSEGUIU DAR UMA REPERCUSSÃO MUITO MAIOR AO PROTESTO", ARREMATOU O PRESIDENTE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT-RS), QUINTINO SEVERO, logo após a invasão do consulado argentino em Paysandú, dia 6. Era o último ato de um dia inteiro de manifestações contra o governo argentino e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A Caravana da CUT saiu de Porto Alegre com onze ônibus às 13h do dia 6. Eram 4h da manhã quando começaram a se concentrar perto da Ponte Internacional, entre Paysandú e Colón, na divisa do Uruguai com a Argentina, a cerca de 400 quilômetros de Buenos Aires. Homens da Gendarmeria Nacional Argentina, funcionários do escritório de migração do país, receberam os primeiros ônibus, que haviam chegado ainda na madrugada do dia 6, entre eles um ônibus do Cpers-Sindicato.

Às cinco da manhã, já eram 19 os ônibus de brasileiros bloqueando a passagem entre os dois países, a sete quilômetros do centro de Paysandú. Outros três, com turistas argentinos que estavam no Brasil, ficaram retidos pelos manifestantes. Uma rádio argentina chegou a noticiar que sindicalistas brasileiros estavam mantendo passageiros como reféns. "Eles estão trancados pelos próprios argentinos que não estão liberando nossa passagem pela fronteira", disse o sindicalista Marino Vani, metalúrgico de Erechim. Cerca de 120 argentinos esperaram na fila de ônibus. Além deles, alguns carros de passeio e motos foram impedidos de passar. Um dos ônibus, com passageiros idosos que voltavam de Cambóriu (SC), foi liberado perto das 13h.

Na ponte

Centenas de pessoas, faixas, cartazes e bandeiras tomaram conta da paisagem antes mesmo do sol nascer às margens do rio Uruguai. De cada um dos lados do rio, ondulações do Pampa compunham o quadro, dominado pela imponente ponte entre o Uruguai e a Argentina. Indignados, os manifestante gritavam palavras de ordem em frente à guarda da ponte. "Não tem democracia, o Mercosul é só pra burguesia", "É na Colômbia, é na Argentina, é contra a Alca em toda a América Latina", "Fora já, fora daqui, a Alca, Cavallo e o FMI", "Brasil, Argentina, América Central. A luta operária é internacional", "Chega de rapina, fora Alca da América Latina", bradavam os trabalhadores e estudantes. Em Uruguaiana, o grito era "O povo argentino é meu amigo. Mexeu com ele, mexeu comigo".

Às 8h45min, os manifestantes ouviram o comunicado de uma primeira reunião entre integrantes da CUT e o cônsul da Argentina no Uruguai, Raúl Justo. Ele informou que os brasileiros não se enquadravam na condição de turistas no país vizinho. Segundo Justo, os brasileiros deveriam ter um poder de compra de US\$ 50,00 cada um para poderem entrar no país. Para o argentino Pedro Fuentes, que integrava a caravana da CUT, o governo de seu país estava sendo intransigente com os brasileiros. "Os governos de toda a América têm direito de reunirem-se em Buenos Aires para discutir o Alca, que é colônia para toda a América Latina. Se eles podem se reunir, por que os trabalhadores não têm o direito de ir lá se manifestarem? Eles estão a favor, nós estamos contra", reclamou. Ele

Para Fuentes, era preciso manter a ponte interdita, "sem abrir mão de nada". Ele referia-se a não deixar carros atravessarem a fronteira. "Temos que lutar de toda forma para que os trabalhadores fiquem, assim, mais fortes e consigam terminar com a Alca", falou. Nos ônibus, uma senhora argentina escreveu com o dedo na água condensada no vidro da janela: "Brasil e Argentina", dentro de um coração.

Para Jair Gaiardo, diretor do Sindicato de Bancários de Passo Fundo, o impedimento à entrada dos brasileiros não era uma atitude isolada. Ela é um reflexo do que está ocorrendo em nível internacional em termos políticos e econômicos. "O capitalismo não aceita questionamento nenhum, principalmente contra os

Estados Unidos. O grande país imperialista impõe todas as medidas econômicas em nível internacional. E essa é mais uma demonstração deste fato", alertou. Mesmo lamentando não chegar a Buenos Aires, considerou que a luta dos trabalhadores "está se fortalecendo" na união dos latino-americanos contra a Alca e na solidariedade dos brasileiros aos trabalhadores argentinos. "O que está acontecendo na Argentina demonstra uma grande crise do capitalismo mundial. Mostra também as medidas que estão sendo tomadas pelo imperialismo no sentido de massacrar a democracia e os trabalhadores de todas as formas", analisou Gaiardo.

Além da comissão da CUT que se reunia com o cônsul Raúl Justo em Paysandú, uma outra trabalhava em Buenos Aires, formada por dirigentes da CTA e CUT, políticos do campo de esquerda, e o jornalista Bernard Cassen, do *Le Monde Diplomatique*. A comissão estava negociando também com o Ministério do Interior argentino e o Itamaraty a liberação da entrada da caravana brasileira. Sem maiores informações, os trabalhadores esperaram durante toda a manhã alguma sinalização do governo argentino.

Internacionalismo

"A solidariedade dos trabalhadores está sendo impedida por uma medida essencialmente militar", afirmou Carlos Antônio Bonamigo, do Sindicato dos Bancários de Passo Fundo. Para ele, qualquer impulso que tenham os protestos (na Argentina) podem desequilibrar ainda mais o setor interno, por isso a atitude de De la Rúa.

Basílio Silva Júnior, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, acredita que o episódio é exemplar. Como a Alca, ao contrário do Mercosul, não prevê livre circulação de pessoas, as restrições poderiam aumentar. "A Alca seria a extensão disso com a hegemonia americana na América Latina".

O internacionalismo ultrapassou as fronteiras do Mercosul. Um cartaz em inglês onde lia-se "*People not profit*" (pessoas, não lucro) era carregado pelo belga François Polet, membro da ONG Fórum Mundial de Alternativas. Para Polet, que ficou em Porto Alegre após o Fórum Social Mundial para estudar o Orçamento Participativo e já esteve em Davos em um protesto em 1998, a restrição não foi nenhuma surpresa. Liberais e movimentos sociais "estão acirrando as

armas para o confronto", disse.

Na saída da ponte, rumo ao centro da cidade, uma surpresa. Nas portas das casas, os uruguaios se solidarizavam com os manifestantes. Paysandú, aliás, foi um dos focos de resistência contra a ditadura uruguaia na década de 80.

Solidariedade

Da cidade de Colón, do outro lado da ponte, vieram alguns políticos e líderes de trabalhadores expressar sua solidariedade ao movimento. O argentino Miguel Dippolito, da Esquerda Unida, falou aos manifestantes que a não-entrada dos brasileiros no país era consequência "da falta de democracia que temos na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Daí nossa luta unida. Estamos neste momento profundamente solidários aos companheiros". Às 13h, os trabalhadores fizeram sua última manifestação e uma assembleia em que consideraram que, àquela hora, seria mais vantajoso politicamente não entrar na Argentina. "Se nos deixam entrar, levariam mais três ou quatro horas revistando os ônibus. Somando mais o tempo até Buenos Aires, chegaríamos lá tarde da noite", lembrou Quintino. Na avaliação da direção da CUT, o movimento já havia atingido o objetivo de chamar a atenção suficientemente.

O estudante Eric da Silva, de Canoas, concordou. "O movimento teve um objetivo muito claro e, apesar de todos os empecilhos que o De la Rúa impôs, conseguimos de certa maneira gerar uma discussão e um movimento contrário à implementação da Alca. De qualquer forma, o povo uruguaio, argentino e brasileiro, hoje, vai refletir sobre o assunto", falou. Integrante do Sindicato dos Servidores Federais (Sindiserf), Rejane Maria da Rosa considerou positivos os resultados do ato. "Isso repercutiu muito, mesmo sem a gente chegar a Buenos Aires. E ficou explícita a intenção da Argentina ao não permitir que a gente chegasse lá para engrossar o protesto, junto com os demais trabalhadores da América Latina". Para ela, o mais importante foi a união dos trabalhadores latino-americanos. "Tivemos esse ganho, de mostrar uma certa unidade da classe trabalhadora, e todos os sindicatos". Eram 13h55min, quando os ônibus começaram a sair em direção ao centro de Paysandú, para um último protesto em frente ao consulado da Argentina.

Manifestantes ocupam consulado argentino

"Estamos entrando na Argentina", gritou um estudante da janela do prédio do Consulado Argentino, no centro de Paysandú. Observada de longe pela população, parte do grupo de centenas de brasileiros forçou a porta, conseguindo vencer a resistência da guarda argentina e entrar no prédio 1034 da rua General Leandro Gomes. Invadido o pequeno prédio, os manifestantes abriram as janelas, arrancaram a bandeira argentina da frente do Consulado e bradaram contra a Alca e o governo de De la Rúa. Do outro lado da rua, fica a sede da polícia municipal de Paysandú. E do portão, um homem filmava, em trajes civis, a movimentação dos manifestantes. Aos poucos o local foi cercado por guardas uruguaios e o prédio esvaziado para a entrada da comissão da CUT. Os trabalhadores exigiam um documento com a justificativa oficial que impedia a entrada na Argentina. Depois de alguns minutos de reunião, a comissão voltou para ler a carta assinada por Raúl Justo.

A diretora da CUT Vera Guasso considerou a ocupação do Consulado da Argentina uma manifestação de indignação dos trabalhadores frente às injustiças. "Eles podem nos impedir de entrar no seu país, mas eles não nos impedirão de gritar e de nos rebelar contra este projeto (da Alca). Num futuro mu-

to próximo, os trabalhadores de toda esta região, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, Colômbia, enfim, vão estar se organizando para enfrentá-los e derrotá-los" disse.

Quintino Severo considerou positiva a participação dos brasileiros nos protestos. "As manifestações que realizamos durante todo o dia demonstraram essa nossa postura correta em relação à Alca". Lamentou a decisão argentina de fechar suas portas aos brasileiros, afirmando que a Argentina "acabou quebrando o protocolo do Mercosul, ao impedir que os trabalhadores brasileiros entrassem para fazer uma legítima manifestação". O sindicalista afirma que a CUT levará o documento assinado pelo cônsul às instâncias devidas. "Queremos uma explicação verdadeira de quais os motivos que os levaram a impedir nosso acesso à Argentina. A explicação que o cônsul nos deu é insuficiente". No domingo seguinte, dia 8, os manifestantes se concentraram no Parque da Redenção, em Porto Alegre, para um ato de desagravo à intransigência argentina. Integrantes do Comitê Gaúcho do Fórum Social Mundial, políticos e sindicalistas fizeram uma passeata acompanhados do jornalista Bernard Cassen. No dia 11, houve manifestações em frente ao Consulado da Argentina em Porto Alegre.

SÉCULO DA BARBÁRIE

O fantasma do genocídio surge no momento em que se produz uma ruptura entre a cultura e o sacrum, isto é, quando o componente espiritual de uma cultura se encontra debilitado, quando um entorpecimento ético se apodera de uma sociedade.

Da natureza do genocídio



Ryszard Kapuscinski*

A percepção do “outro” como uma ameaça, representando forças desconhecidas e destruidoras, une todos os regimes nacionalistas, auto-

ritários e totalitários de nossa época. Trata-se de um fenômeno culturalmente universal. Nenhuma civilização foi capaz de resistir à patologia do ódio, do desprezo e da destruição difundida pelos mais diversos regimes em todas as latitudes. Levada a seu extremo, essa doença assumiu a forma funesta de genocídios que constituem uma das marcas trágicas e recorrentes do mundo contemporâneo.

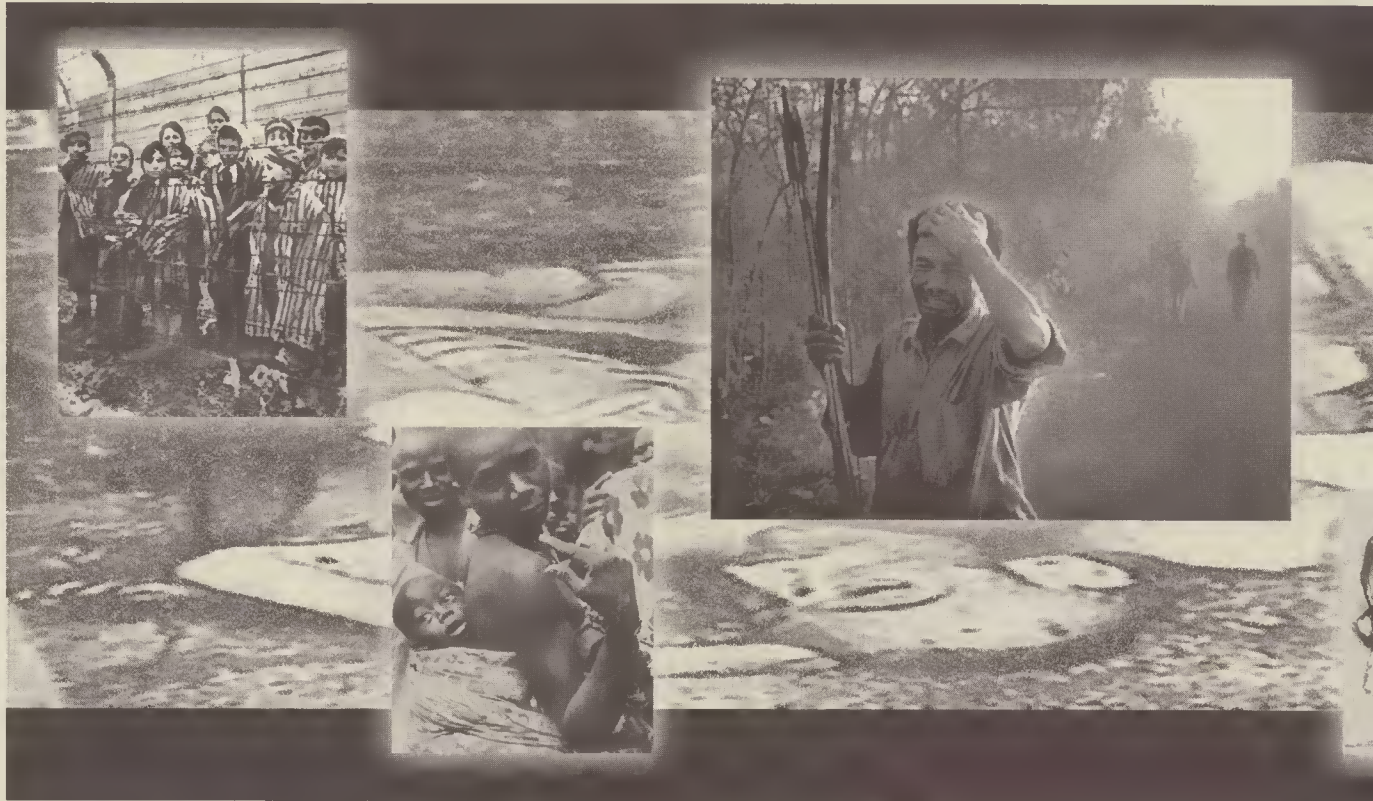
Algumas pessoas cedem à tendência, fácil e cômoda, de tratar os diferentes capítulos da história dos genocídios como se fossem episódios “incompreensíveis” e isolados. Vêem em cada um deles uma explosão de fúria coletiva, já que, segundo a teoria da culpa metafísica, de Karl Jaspers, esses acontecimentos nos cobrem a todos de infâmia, tentamos esquecê-los o mais rápido possível e delegar toda essa problemática delicada e dolorosa a historiadores especializados. Entretanto, basta analisar mais atentamente certos genocídios para recusar a teoria da explosão irracional. Na origem de qualquer ato de genocídio, encontra-se, na realidade, uma ideologia do ódio ampla e metodicamente difundida. Todos eles foram, invariavelmente, precedidos de longos preparativos técnicos garantidos pelo aparelho burocrático do Estado moderno. Foi o que permitiu que cientistas políticos e filósofos – como Zygmunt Bauman, Walter Laqueur e Hannah Arendt – formulassem uma tese inquietante: a civilização contemporânea contém, em seu caráter, sua essência e sua dinâmica, traços que podem, em determinadas condições e em dados momentos, provocar um ato de genocídio. Conclusão aterradora, advertência ética alarmante.

Mas quando surge um tal perigo? Exatamente no momento em que se produz uma ruptura entre a cultura e o *sacrum*, isto é, quando o componente espiritual de uma cultura se encontra debilitado ou desaparece, quando um entorpecimento ético se apodera de uma sociedade cuja sensibilidade ao vazio e ao mal se acha atrofiada, sufocada, adormecida.

As tecnologias do homicídio

Finalmente, o preceito cristão atualmente mais ignorado e achincalhado é aquele que prega o amor ao próximo. A relação com o outro já devia ser difícil naqueles tempos imemoriais, pois um dos textos escritos mais antigos contém um mandamento inequívoco: “Amarás teu próximo como a ti mesmo!” Deveria acreditar-se que a recusa do “outro”, até a hostilidade em relação a ele, constitui um traço imanente da natureza humana? O fato é que todas as ideologias do ódio contemporâneas – nacionalismo, fascismo, stalinismo, racismo – exploraram essa fraqueza que representa a capacidade do homem em rejeitar o “outro” e, *a fortiori*, o “desconhecido”, sentimento que certos poderes conseguem transformar em hostilidade e até em disposição criminal.

As conseqüências dessa patologia assumiram proporções monstruosas em nossa época, porque esta dotou o poder de estruturas estatais eficazes, equipadas com as tecnologias mais modernas, inclusive em matéria de homicídio. Foi assim que apareceu o terrível fenômeno do genocídio industrial.

**Nove genocídios em 80 anos**

O genocídio é um ato criminoso premeditado, organizado e praticado de modo sistemático, com o objetivo de exterminar comunidades civis escolhidas segundo critérios de nacionalidade, de raça ou de religião.

A história do século XX inclui pelo menos nove episódios de genocídio (a palavra “episódio” não é, contudo, a melhor, pois esses massacres geralmente duraram muito tempo): em ordem cronológica, o massacre dos armênios pela Turquia moderna (1915-1916); o extermínio, pela fome, de milhões de camponeses ucranianos pelo regime stalinista (1932-1933); o aniquilamento da população de Nanquim e seus arredores pelos ocupantes japoneses (1937-1938); o holocausto da população judia da Europa perpetrado pelos nazistas (1941 a 1945); o assassinato de milhões de indianos muçulmanos e hindus por ocasião da secessão da Índia (1947-1948); os milhões de vítimas da chamada revolução cultural realizada na China pelo regime de Mao Zedong nas décadas de 50 e 60; a destruição da população cambojana (1975-1978); o extermínio de uma parte importante da população do Timor Oriental pelo exército indonésio e pelas milícias pró-Indonésia a partir de 1975; e a liquidação da comunidade tutsi pelo regime dos hutus em Ruanda, em 1994.

Essa lista não é exaustiva pois, além do mais, o século XX foi fértil em incidentes de fronteiras difíceis de serem qualificados de modo claro e unívoco (especialmente no Sudão, na Serra Leoa e nos Bálcãs).

As características do genocídio

Procurando pontos de referência, denominadores comuns, nesse labirinto de crimes, de mentiras e de ódio, algumas marcas se manifestam.

Todos os genocídios foram organizados por governos oficiais, que exerciam legalmente o poder no país. E contaram com a passividade da opinião pública mundial, o que confirma a crise da sensibilidade ética das civilizações contemporâneas.

O genocídio não é produto de uma única cultura. Tornaram-se culpados por genocídio países pertencentes a círculos culturais muito diferentes. Tal fato mostra como é ridícula a idéia de que uma cultura específica seria geneticamente predisposta ao genocídio.

Há, entre genocídio e guerra, um vínculo evidente. Todos os casos citados ocorreram num clima de guerra ou de ameaça de guerra.

O “inimigo do povo”

Nenhum genocídio do século XX foi perpetrado em um país onde reinasse a democracia. Esta aparece, até o presente, como a única barreira eficaz contra as tentações de praticar genocídios.

Qualquer poder que tenha planejado um genocídio começou sempre por destruir, entre seus seguidores, a imagem do inimigo, futura vítima. Quanto mais este se encontrasse inserido na sociedade em questão – na família, na aldeia, na cidade, na comunidade –, mais parecia perigoso: vivendo sob o mesmo teto, ele podia incendiar a casa e envenenar os moradores. Um inimigo distante, abstrato, não teria apresentado características bastante fortes e fáceis de imaginar, suficientemente assustadoras para empurrar as pessoas ao massacre.

O inimigo podia ser de origem diferente – outra classe, outra religião, outra etnia. Porém, no âmbito da propaganda, sempre lhe era atribuído o mesmo rótulo: o de “inimigo do povo” (*Nationfeind*, em alemão, *vrag narodu*, em russo etc.). Ao longo de todo o século XX, essa foi uma ameaça pesando sobre a existência nacional e que sempre foi percebida como o perigo supremo.

A morte como libertação

Como constata o professor Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernity and the Holocaust*, a vontade do genocídio foi atendida pelos progressos tecnológicos: estes permitiram, de certa forma, matar à distância, sem o fazer com as próprias mãos, o que liberava os mandantes de eventuais remorsos. Mas essa ilustração não é geral. Por exemplo, os organizadores do genocídio em Ruanda, em 1994, ordenaram, intencionalmente, as suas milícias que matassem, não com armas automáticas, mas com facão: levando-os a massacrarem com suas próprias mãos, imaginavam fortalecer simbolicamente a coesão em suas próprias fileiras.

Em cada caso, o desfecho do massacre e do extermínio da comunidade perseguida foi precedido de um pe-

ríodo de sofrimentos, de fome, de humilhação, de terror, a fim de que a morte pudesse, de certo modo, ser sentida pelas vítimas como um gesto de misericórdia – uma libertação.

E, finalmente, em todos os casos o genocídio foi preparado e conduzido num contexto social de profunda crise econômica, política e moral, num momento em que a consciência religiosa achava-se eclipsada, os sentimentos atrofiados e a capacidade de discernir o bem do mal reduzida a zero.



O século dos genocídios

O tema da patologia do poder contemporâneo – degenerando nos casos extremos em genocídio – suscitou a publicação de centenas de livros, de milhares de ensaios e de uma infinidade de documentos. Ao ler esse material, nota-se que cada ato de genocídio é percebido, examinado e descrito de maneira objetiva, é lógico, mas separadamente, como um elemento à parte, sem relação com outros crimes semelhantes. Ora, se cada um desses episódios vergonhosos se distingue por sua especificidade – pensa-se, principalmente, no caráter excepcional do holocausto –, seus motivos e os mecanismos dos crimes comportam traços análogos. Principalmente porque cada um se refere não só a um grupo dado de pessoas – religioso, étnico, social ou ético –, mas constitui uma catástrofe coletiva atingindo toda a sociedade, uma grande derrota do humanismo, uma culpa que oprime indiretamente todos os que vivem nesta Terra.

Geralmente avaliado em termos sintéticos e globais, o século XX é analisado como o século de dois totalitarismos – o fascismo e o comunismo – e de duas guerras mundiais. É o século de Auschwitz e de Hiroshima. Em contrapartida, não se encontra em qualquer lugar a afirmação de que foi um século de genocídios – quaisquer que sejam o continente, o período e a cultura em que ocorreram – repetitivos, premeditados e organizados por governos que estavam no poder, e provocando quantidades monstruosas de vítimas, na maioria das vezes completamente inocentes. Na realidade, os atos de genocídio do século XX deixaram mais mortos que as guerras mundiais. Quanto às destruições materiais que provocaram, de modo geral é difícil avaliá-las.

Evitando as questões essenciais

Por que, então, nos recusamos a ver nosso tempo como uma época que, regularmente e de uma maneira sistemática difícil de compreender, produz massacres? Por que não buscamos os elos – bastante evidentes – entre o genocídio da revolução cultural de Mao Zedong, o extermínio de milhões de habitantes no Camboja e as centenas de milhares de ruandeses assassinados? E tudo isso, no entanto, ocorreu no mesmo período, em nossa aldeia global – um universo de comunicação eficaz,

s sofisticado e superinformado, um planeta posto sob alta vigilância de uma rede de satélites e de multidões de funcionários dos organismos internacionais...

Esse reducionismo, que consiste em descrever cada genocídio isoladamente, como se fosse separado de nossa história cruel e, principalmente, dos desvios do poder em outras partes de nosso planeta, não seria um meio de evitar questões demasiado brutais e fundamentais quanto a nosso mundo e às ameaças que pesam sobre ele? Descritos e fixados à margem da história e da memória, os episódios de genocídio não são vividos como uma experiência coletiva, uma provação comum que nos une a todos.

A impunidade dos poderosos

Outra consequência infeliz: muitas vezes, os seres humanos de uma civilização e de um continente ignoram que, num outro continente, no contexto de uma outra cultura ou etnia, uma comunidade ou um povo foi exterminado. Mesmo um crime como o holocausto é praticamente desconhecido na África ou na Índia. O massacre perpetrado dentro de um país só diz respeito à consciência desse país: sua repercussão raramente se propaga em direção a outras culturas.

O poder – principalmente o poder estatal que perpetra um genocídio – goza de uma grande impunidade. O Tribunal de Nuremberg representa uma exceção que, aliás, julgou apenas uma ínfima parte dos criminosos nazistas. Acontece, às vezes, um funcionário do Estado encontrar-se no banco dos réus. Geralmente, quanto mais alta a posição do funcionário na hierarquia, maior é sua impunidade. Um pequeno carrasco tem boas chances de acabar na forca, um carrasco de grande envergadura é, em geral, intocável. Nisso está o ponto fraco do sistema judiciário internacional, que se distingue por sua fragilidade, inconsequência e oportunismo.

A indiferença moral

São raros os casos de um Estado que reconhece a culpa de seus dirigentes, que organizaram um genocídio. Os alemães são a exceção que confirma a regra. Na maioria dos outros casos, ou o poder rejeita qualquer suspeita de genocídio ou mantém um silêncio obstinado. O governo turco continua a negar que, em seu país, um milhão e meio de armênios tenham sido assassinados sob o regime otomano; o governo russo mantém silêncio sobre a morte de dez milhões de camponeses ucranianos; o governo de Pequim rejeita as suspeitas de massacre de vinte milhões de cidadãos na década de 60...

O mais deprimente é a confusão geral da opinião pública, a indiferença moral, a incapacidade de reagir ao mal. Estamos de tal forma acostumados a ele, que o mal perdeu para nós todo valor de advertência. Outrora tido como o demônio, banalizou-se há muito tempo, assumindo uma aparência medíocre e enganosamente comum, a ponto de se fundir inteiramente em nosso cotidiano.

A consciência espiritual

Se, antigamente, o mal pertencia à esfera de fenômenos tais como uma explosão irracional, uma erupção incompreensível de instintos cegos, uma sede desenfreada de vingança, hoje em dia ele aparece cada vez mais sob a forma de uma organização fria e manhosa: falamos de “criminalidade organizada”, de “clandestinidade organizada”, de “crime organizado” etc.

E, já que não existe nenhum mecanismo ou barreira legal, institucional ou técnica, capaz de impedir, de forma eficaz, novos atos de genocídio, a única defesa contra estes encontra-se na elevada moral dos indivíduos e das sociedades: uma consciência espiritual viva, uma vontade forte de fazer o bem, uma atenção permanente e cuidadosa ao mandamento “Amarás teu próximo como a ti mesmo!”

Traduzido por Iraci D. Poleti

* Jornalista em Varsóvia. Seu último livro, *Ebène* (ed. Plon, Paris, 2000) obteve o prêmio de melhor livro do ano, oferecido pela revista Lire.

ALCA

Diplomata é retaliado pelo Itamaraty

Apesar de o presidente Fernando Henrique Cardoso nos últimos meses tentar demonstrar um maior nacionalismo quando o assunto é Alca e discursar contra a aceleração das datas para o acordo de livre comércio, o Itamaraty retaliou um embaixador que vinha se manifestando publicamente contra a assinatura do acordo.

Samuel Pinheiro Guimarães foi destituído da direção do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais – órgão de estudos do Itamaraty – em 6 de abril; três dias depois de participar de uma palestra sobre a Alca na sede da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul.

A posição do embaixador é contrária à do governo federal, que defendia a manutenção das datas de vigência do acordo para 2005; em oposição à proposta norte-americana de trazer a implantação da Alca para 2003.

Para ele o Brasil não pode nem mesmo cogitar a assinatura do acordo. Em uma entrevista ao portal Global 21 (www.global21.com.br) em dezembro do ano passado o embaixador afirmou que a questão da antecipação apenas “torna uma questão que era grave em gravíssima”.

Na abertura da palestra feita em Porto Alegre, Guimarães fez questão de ressaltar que sua posição não representava a do Itamaraty. “Tudo que eu disser aqui, estarei dizendo a título pessoal”, precaveu-se.

Durante o evento na FEE, o diplomata reafirmou sua posição em relação à Alca. Guimarães foi categórico: “Tomara que não aconteça (a Alca)” Para ele, a assinatura do ingresso do Brasil – ao contrário do que dizem os defensores do tratado – não é garantia de superávit na balança comercial.

“Quando se reduzem tarifas e barreiras ao comércio, o resultado é o aumento das importações, isto é certo. Agora o aumento das exportações pode ocorrer ou não”.

Segundo Guimarães, em partes a Alca já entrou em vigor quando a Argentina anunciou a redução na tarifa de importação para países fora do Mercosul no setor de máquinas e equipamentos de produção e informática. Sobre o assunto, o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, afirmou que “a competição viria mais cedo ou mais tarde”.

Guimarães, que explanou durante quase uma hora, não se limitou a atacar a Alca. Sarcastico com a “extraordinária capacidade de previsão” dos economistas ligados ao FMI, fez uma retrospectiva crítica das políticas macroeconômicas aplicadas nos últimos anos no continente sul-americano.

Algumas declarações de Guimarães já haviam causado mal-estar no Itamaraty no começo do ano. No dia 17 de fevereiro, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, proibiu manifestações pessoais contrárias às do Itamaraty por parte de funcionários. O fato ocorreu uma semana após uma entrevista dada por Guimarães ao jornal Valor Econômico.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fapergs deve priorizar diálogo institucional

O novo diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), Sergio Bampi, assume a entidade prometendo priorizar o diálogo institucional da Fundação com os demais órgãos ligados à comunidade de ciência e tecnologia, públicos e privados, agentes econômicos e sociais do Estado. Bampi acredita que o aprofundamento deste diálogo é uma condição indispensável para a construção de uma política de ciência e tecnologia voltada para o desenvolvimento regional. Nesta entrevista ao Adverso, o professor Bampi fala de seus planos e prioridades.

Marco Aurélio Weissheimer

Cristina Lima



A posse do professor Sérgio Bampi no cargo de diretor-presidente do Conselho Técnico-administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), ocorreu no dia 4 de abril. A solenidade, no Palácio Piratini, contou com as presenças do governador Olívio Dutra, do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Evando Mirra. Na ocasião eles assinaram um convênio entre CNPq e Fapergs que assegura R\$ 7,5 milhões para a pesquisa no Estado. Chamado de Plano Sul de Pesquisa e

Pós-Graduação, o convênio destina-se a qualificar professores do ensino superior. Trata-se da concessão de 279 bolsas de pesquisa para os próximos dois anos. Dessas bolsas, 142 são de iniciação científica, 86 de apoio técnico e 51 de recém-doutor. Essas bolsas estão vinculadas a 83 projetos de pesquisas de instituições de ensino superior do Estado. Pelo convênio, o CNPq entra com R\$ 4 milhões, aplicados em bolsas de fomento tecnológico, e a Fapergs com R\$ 3,5 milhões. Na posse, Bampi agradeceu a presença dos "militantes do conhecimento", pessoas interessadas no desenvolvimento da tecnologia e do saber.

Adverso - Quais serão as prioridades de sua gestão?

Sergio Bampi - A Fapergs é um instrumento central da política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico. A consolidação e expansão da entidade é uma conquista da sociedade civil que deve ser preservada e ampliada. A atuação da Fundação também deve articular-se de modo co-responsável com os agentes sociais e econômicos majoritários. Na minha gestão, pretendo priorizar o fortalecimento do diálogo institucional entre a Fundação e as demais instituições que trabalham com pesquisa no Estado. Considero que o aprofundamento deste diálogo é uma condição fundamental para a construção de uma política de ciência e tecnologia voltada para o desenvolvimento regional.

Adverso - Qual o papel da Fapergs na construção desta política?

Sergio Bampi - A política de ciência e tecnologia é um elemento fundante e estruturador das políticas de médio e longo prazo. No campo da ciência e da técnica, estas políticas se materializam na medida em que os instrumentos públicos apóiam as ações dos pesquisadores e articulam-nas com as demandas de criação, inovação e qualificação que a sociedade e a ciência apresentam aos agentes efetivos da pesquisa. A Fapergs, isoladamente, não formula esta política, mas a qualifica e a materializa, mobilizando recursos humanos estratégicos. A relevância e a qualidade da pesquisa devem balizar o fomento da

Fapergs. Estes parâmetros, por sua vez, demandam o estabelecimento permanente de referenciais com a realidade concreta dos agentes institucionais de pesquisa (instituições de ensino e pesquisa, empresas, entidades de administração e de serviços públicos). Este referencial tem legitimidade apenas se for medido pela interlocução constante dos cientistas, técnicos e administradores do sistema de C&T com os pares institucionais e agentes sociais atuantes no Estado, e não somente com os grupos de pesquisa individualmente. Pretendo fazer desta interlocução permanente uma prioridade na minha atuação como diretor-presidente da Fundação.

Adverso - E quais os princípios que deverão nortear esta atuação?

Bampi - A atuação da Fapergs continuará a ser fundamentada em certos princípios básicos, que devem ser norteadores da atuação do diretor-presidente e dos Conselhos da Fundação. Entre eles, destaco os seguintes: autonomia de gestão dos programas e recursos da Fundação; defesa e demanda do aporte de recursos do Estado que são garantidos à Fundação pelo artigo 236 da Constituição do Rio Grande do Sul e pela Lei Complementar 9103/90; alocação de recursos para programas, projetos e trabalhos aos quais estejam associados os agentes da pesquisa científica e da inovação tecnológica, aferidos continuamente pelos parâmetros pertinentes de qualidade, relevância social e compromisso ético da pesquisa. Destaco ainda o princípio da manutenção dos programas de aten-

dimento de livre demanda e dos programas de fomento indutores de ações setoriais, observando sempre a priorização por julgamento de mérito científico-tecnológico.

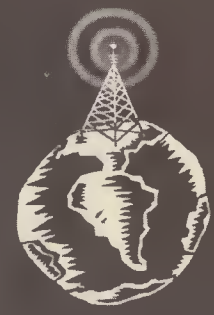
Outro princípio fundamental que deverá orientar meu trabalho é a construção de um diálogo permanente do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da Fundação com os agentes diretos da pesquisa e da inovação: universidades e centros de pesquisa, empresas, fundações e órgãos, valorizando a discussão com os fóruns institucionalizados pelos mesmos (Fórum de Pró-Reitores, Associações, OCP, Conselhos, etc.). Além disso, defendo uma permanente articulação com os programas federais de pesquisa e os Fundos Setoriais que estruturam o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. No plano da qualificação interna dos serviços da Fapergs enfatizo o compromisso para com a expansão e qualificação do quadro funcional da Fundação, de modo a prosseguir a melhoria de processos gerenciais e buscando a qualidade e a estabilidade dos mesmos. Pretendo também estabelecer uma interlocução respeitosa e democrática com todos os servidores e contratados da Fundação, bem como o compromisso de atuação afinada do corpo funcional interno com os colaboradores, consultores e assessores que qualificam o trabalho da Fapergs.

Adverso - Como estes princípios e prioridades articulam-se com a atual política de desenvolvimento implementada pelo governo estadual?

Bampi - A opção por um modelo de desenvolvimento embasado na capacitação e expansão dos sistemas locais de produção foi adotada após a chancela política que a sociedade concedeu ao Executivo estadual como mandato. Para se aumentar a produtividade e a renda social é combinado o apoio estatal aos setores econômicos tradicionais do Estado com a atração de novos investimentos. São exemplos desta atuação do Estado a articulação que levou a parcerias estratégicas com multinacionais para o Ceitec, e o programa de 100 incubadoras tecnológicas, com inserção nas regiões e articulação com as instituições locais, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), universidades e associações de classe, entre outras. Através desta política, o Estado busca a modernização econômica que requer patamares superiores de qualificação de bens, processos e serviços, porém mantendo-se a capacidade de decisão estratégica dos agentes econômicos e políticos locais, buscando uma integração efetiva e não o mero transplante de processos produtivos, fábricas e produtos tecnológicos fechados.

Adverso - Na sua visão, quais os aspectos inovadores deste modelo de desenvolvimento?

Bampi - A opção consciente por um modelo integrado e integrador de desenvolvimento resgatou a valoração ética na relação entre Estado e mercado. Antes de ser um resultado da modernização transplantada e operada pelo mercado sob o aceno de uma volumosa renúncia fiscal, o desenvolvimento é estrategicamente subordinado à superação dos entraves à qualificação, modernização e expansão das forças produtivas e vocações econômico-sociais já presentes na sociedade gaúcha. O modelo atual não é uma volta ao passado, mas a associação do tecido econômico endogenamente sustentado com os modernos processos de gestão, produção e distribuição dos bens e serviços que a sociedade – renovada pela participação e democracia, justamente demanda. A política de ciência e tecnologia deste governo estadual não é desenhada isoladamente das demais políticas públicas. Um compromisso deve existir com o desenvolvimento das tecnologias que, na indústria, na agricultura e nos serviços, representam as novas fronteiras econômicas, cujo domínio é condição indispensável para a manutenção da capacidade local de decisão estratégica nos planos econômico e político. Portanto, os programas de incubação e disseminação tecnológica em todas as regiões do Estado – com variadas articulações com os demais órgãos do Estado – devem prosseguir, tendo a Fapergs co-participação na articulação das ações de pesquisa que potencializem a qualificação destes programas.



Joviniano Neto - Presidente da APUB

O sexo da Andes



A discussão do sexo dos anjos, pelos bizantinos, em Constantinopla, tornou-se exemplo de discussão sobre temas irreverentes. E discussão bizantina tornou-se sinônimo de discussão cheia de detalhes.

Defendo que a discussão dos bizantinos sobre o sexo dos anjos era o que de mais lógico eles podiam fazer naquelas circunstâncias. Constantinopla estava cercada pelos turcos – ficou cercada durante 50 anos. Não tinha forças para romper o cerco. O futuro era a derrota – e a derrota seria a morte ou a escravidão. Nesta situação, era muito lógico especular o que havia depois da morte. E, no paraíso dos muçulmanos, os homens eram servidos por belas "huris" – moças lindas e sempre jovens. Não seria interessante se, no céu dos cristãos, existissem umas anjinhos bonitas?

Nós estamos sob ataque dos novos bárbaros que, entre outras coisas, querem destruir a Universidade pública. Nosso presente tem sido a resistência, mas nosso futuro, acredito, não é a derrota e a morte da Universidade e do movimento docente.

A preocupação com o sexo da ANDES pode ser interessante, mas nossas maiores preocupações são outras – carreira docente, campanha salarial, projeto de emprego público, articulação com organizações profissionais e sociais e, fundamentalmente, como podemos congregar representatividade e mobilização de nossa categoria.

A diferença entre "a" ANDES e "o" ANDES não deixa de ter significado. "O" ANDES tenta sublinhar o fato de que é um sindicato de trabalhadores, igual ao dos

outros. É uma posição que enfrenta três problemas. O primeiro é o choque com o português – "o" ANDES soa estranho. O segundo é a força da história e da marca – a ANDES está enraizada na memória dos professores como uma organização que construíram. Por isso, quando a ANDES e, na Bahia, a APUB se transformaram em sindicato mantiveram as siglas. O terceiro é, talvez, o mais importante. Quando falam "a" ANDES os professores estão enfatizando a especificidade da sua profissão e entidade sindical. As entidades docentes nasceram da adesão voluntária da maioria da categoria; por isso, diferentemente da maioria dos sindicatos, a maioria dos professores universitários é associada. Os mecanismos de participação nas associações sempre foram bem mais extensos e democráticos do que no formato tradicional dos sindicatos. A preocupação com a reflexão e produção intelectual e cultural sempre foi uma marca específica das associações dos professores. Porque, no caso, quando se fala em "a" ANDES, se está lembrando a história e a identidade da organização dos professores.

Vamos continuar falando "a" APUB e "a" ANDES. Sabendo que, tão ou mais importante que saber o que somos, é saber o que vamos fazer na e com a APUB e com a ANDES.

APUB - Associação dos Professores Universitários da Bahia
Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

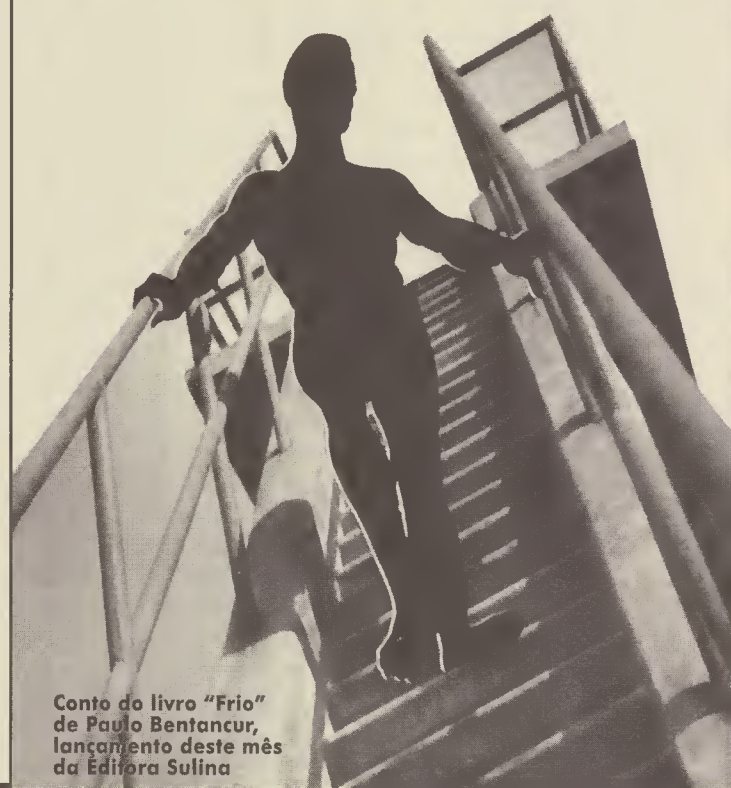
Diante do túmulo de meu pai

*Meu pai, diante do túmulo de meu avô:
– Por isso odeio a vida!*

Não a odiava, claro. Odiava o que, não sendo a vida, está nela. As suas eram as lágrimas de um homem derrotado e condenado a sobreviver. Humilhado pela vida que, tendo lhe tirado tudo, ainda o fazia continuar e lhe oferecia outras coisas. Trairia, não o pai, mas o cadáver do pai, se aceitasse a indiferença brutal e ao mesmo tempo generosa da existência; se persistisse sem se transformar em um cadáver. Odiava, talvez, o paradoxo da vitória pessoal ante a tragédia pessoal reconhecida e no entanto transposta.

Agora não odeia mais, está morto.

– Por isso odeio a vida! – digo, sem me conter, no cemitério, ao lado de meu filho, diante do túmulo de meu pai.



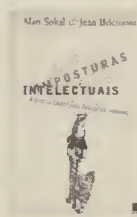
Conto do livro "Frio" de Paulo Bentancur, lançamento deste mês da Editora Sulina

ORELHA

Ciências & Letras

Ciências & Letras
Brasil Contemporâneo:
História e literatura
Número 28 da Revista da
Faculdade Porto-alegrense de
Educação, Ciências e Letras traz

o tema Brasil Contemporâneo: História e Literatura. Neste número, artigos de, entre outros o escritor caio Riter e o professor Paulo Vizenotti. 322p.



Imposturas Intelectuais
O abuso da Ciência pelos
Filósofos Pós-modernos
Alan Sokal & Jean Bricmont

Polêmico livro que reúne e analisa mistificações físico-matemáticas de conhecidos intelectuais como Jacques Lacan, Julia Kristeva, Luce Irigaray, Bruno Latour, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paul Virilio. Editora Record. 316p.

Geração do Deserto
Guido Wilmar Sassi

Romance ambientado na Guerra do Contestado, um dos marcos da resistência popular à opressão das elites brasileiras.

O autor, catarinense, pretende mostrar o ponto de vista dos marginalizados como sujeitos da história. Editora Movimento. 167p.



WWW

Alca

☒ www.quebec2001.net
Portal em inglês, francês e espanhol sobre os confrontos por ocasião da Cúpula das Américas na cidade canadense.

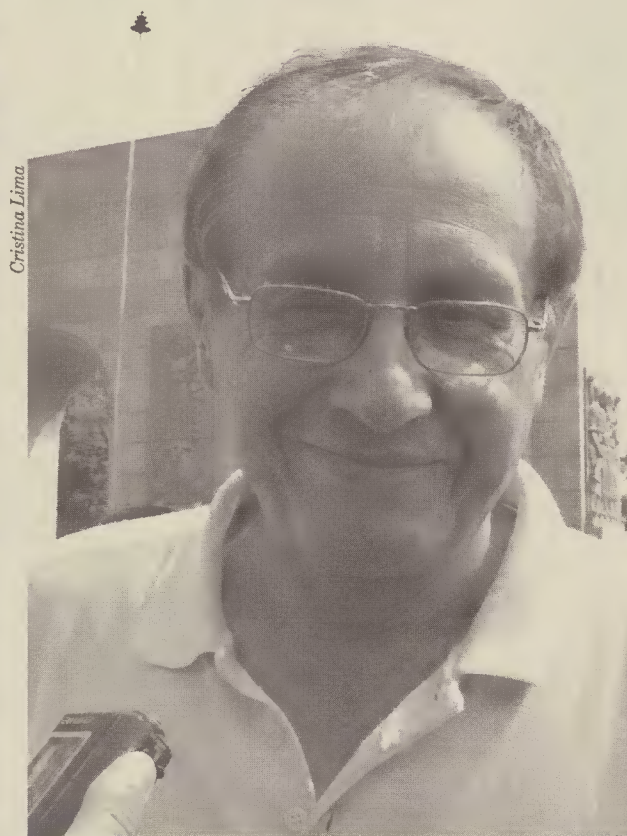
Sociedade civil

☒ www.ngo.org
Portal com links para ONGs do mundo todo, listadas por campo de ação e ordem alfabética.

Davos teme muito Porto Alegre

O jornalista Bernard Cassen, diretor do jornal Le Monde Diplomatique, está se constituindo em um líder mundial de um grande movimento de resistência à globalização financeira. Criador da Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), que entre outras ações postula a cobrança da Taxa Tobin, ele tem participado das principais manifestações e eventos antineoliberalismo no mundo todo. Esteve recentemente na Cidade do México, participando da Marcha Zapatista e entre os dias 5 e 9 de abril nas manifestações contra a Alca em Buenos Aires (Argentina) e Porto Alegre (sábado, dia 8, no Brique da Redenção). Uma das peças-chave do Fórum Social Mundial, Cassen participa do comitê organizador do FSM, no qual defende a necessidade de se marcar Porto Alegre como a capital mundial da resistência à barbárie capitalista.

Jéferson Assunção



Cassen: Há unidade total sobre o caráter propositivo do próximo Fórum

AD verso - **Por que os países latino-americanos devem rejeitar a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)?**

Bernard Cassen - Nas Américas, os países são desiguais. Entre países mais ou menos iguais, não há problema de se fazer uma área de livre comércio. Ao contrário da Alca, penso que o Mercosul é uma boa solução para a região e deveria se estender a todos os países latino-americanos, gradualmente. Na Europa, é um pouco diferente. Também trata-se de uma união aduaneira, como o Mercosul, mas tem mecanismos de regulação interna e de transferências de recursos, que são os chamados fundos estruturais. Existem cinco fundos na Europa. Através deles, os países mais ricos, como França e Alemanha, contribuem com um orçamento que beneficia países como Irlanda, Portugal, Grécia e Espanha. Esse mecanismo, apesar de não ser totalmente satisfatório, contribui para uma convergência das economias. É como um fundo de solidariedade interna. No caso da Alca, isso não existe, pois ela é somente uma área de livre comércio. E os Estados Unidos não estão dispostos a transferir centenas de milhões de dólares a Brasil, Chile ou México. Eles só querem invadir os mercados, sem contrapartida. Por isso, os próprios empresários argentinos são totalmente contra a Alca, e participaram nas manifestações em Buenos Aires. Eles sabem de seu fim programado, pois os únicos interesses a que serve a Alca são os das transnacionais e do setor financeiro, não aos dos industriais. E isso é a mesma coisa para o Brasil e para os demais países. Temos que dizer que o único governo que resiste um pouco é o do Brasil. Geralmente eu não falo muito bem de Fernando Henrique, mas nesse caso ele é muito menos entreguista do que outros, como o de La Rúa. Chile é uma vergonha. É um governo pretensamente socialista, que tenta, como tentou, uma aproximação direta com o Nafta (acordo comercial entre México, Estados Unidos e Canadá).

Adverso - A Alca é só um tratado internacional?

Cassen - Não. É o futuro de cada país, o seu modelo de desenvolvimento que vai se decidir através da Alca. Então, seria justo que se organizassem plebiscitos em cada país sobre isso. Se o povo decide, soberanamente, abandonar sua soberania, ele tem direito. Mas o povo não é consultado e não sabe nada, os parlamentares tampouco sabem, porque o projeto não é público. Os próprios deputados e senadores não conhecem o conteúdo do projeto da Alca.

Adverso - Que avaliação o senhor faz dos protestos em Buenos Aires?

Cassen - Segundo os companheiros argentinos, que sabem muito melhor do que eu, foi muito, muito positivo. Por várias razões, entre elas as lembranças da ditadura e o menemismo, o grau de debate público e de conscientização sobre a Alca é muito grande na Argentina. Os protestos são uma nova etapa no debate público sobre a Alca. Foram cerca de 30 mil pessoas nos três diferentes atos, o que para Buenos Aires é bom. A Attac argentina também organizou manifestações em várias cidades como La Plata, Rosario, Santa Fé, Córdoba etc. Foi um imenso trabalho de formação, de capacitação sobre o que

é a Alca, o que são os mecanismos econômicos e financeiros. Então, é um êxito, limitado, mas um êxito.

Adverso - Como o senhor vê o incidente envolvendo brasileiros que não conseguiram entrar na Argentina?

Cassen - É uma vergonha para o governo argentino. Eles estão dispostos a favorecer a livre circulação de bens e serviços, mas não das pessoas. Por um lado, foi uma violação clara das disposições do Mercosul; por outro, deu muita publicidade para os protestos. Foi um erro midiático do governo argentino, porque se os 600 brasileiros tivessem chegado a Buenos Aires, seriam apenas mil ou 600 manifestantes a mais. Seria uma diferença apenas simbólica. Do ponto de vista político, significa mostrar a disposição do governo entreguista de De La Rúa, ou de Cavallo, porque De La Rúa é uma marionete total.

Adverso - Qual sua opinião sobre este movimento mundial de protestos contra a globalização?

Cassen - Revela um rechaço generalizado às decisões aprovadas nas reuniões de Washington, da OMC, do Banco Mundial etc. Mas esta é apenas uma etapa. Temos dito não, e vamos continuar dizendo cada vez mais não, mas estamos agora em nova etapa, que é a etapa das proposições. E esse é o papel do Fórum Social

“ Os próprios deputados e senadores não conhecem o conteúdo do projeto da Alca ”

Mundial, que vai se realizar novamente em 2002 em Porto Alegre. Será outro evento e muito mais importante, muito melhor organizado, porque os companheiros que organizaram o primeiro fizeram milagre. O segundo será muito diferente.

Adverso - O próximo Fórum será mais voltado para propostas?

Cassen - Houve muitas propostas no primeiro Fórum, mas elas tiveram pouca visibilidade. O próximo Fórum terá muito mais visibilidade, terá muito mais pessoas, mais países, muito mais representações. Davos teme muito a Porto Alegre, as pessoas de lá ficam muito inquietas com Porto Alegre, porque pensam que se está destruindo – e pensam com razão – a legitimidade de Davos, que não tem nenhuma legitimidade democrática. A imprensa financeira, principalmente americana e inglesa, está muito cuidadosa. Eles olham Porto Alegre como um inimigo, eu diria, e nos agrada muito esta atitude.

Adverso - Tem-se falado muito em Porto Alegre fora do Brasil? Como está a imagem da cidade no mundo?

Cassen - Porto Alegre era uma cidade pouco conhecida fora do Brasil. O Fórum deu a ela uma imensa publicidade. Se o governo do Estado ou a Prefeitura tivessem lançado uma campanha para divulgar Porto Alegre, ela teria custado bilhões e bilhões de dólares para ter o mesmo efeito. A publicidade foi grátis. E a cidade está conhecida em cada país do mundo. Eu estive na Coreia,

há dois meses, e lá Porto Alegre é muito conhecida. Hoje, Porto Alegre é considerada o centro da luta contra a globalização financeira, o que, simbolicamente, é muito importante. As pessoas que estiveram aqui, no primeiro Fórum, gostaram muito da cidade, das pessoas, do clima. Eles querem voltar.

Adverso - O que o senhor entende por uma Internacional Rebelde?

Cassen - É uma forma jornalística de Ignacio Ramonet (diretor do Le Monde Diplomatique) referir-se ao que representa Porto Alegre, o que quer dizer um movimento que é internacionalista e se rebela contra o neoliberalismo. Mas é apenas uma forma jornalística, não há o que discutir sobre isso agora.

Adverso - De certa forma traduz o sentimento de muitas pessoas em relação à globalização econômica...

Cassen - É uma rebeldia, claro que sim. Mas o Fórum Social Mundial é mais que uma rebeldia. Não basta dizer não à globalização neoliberal, deve-se dizer sim a outras alternativas. Então, o Fórum é especialmente um espaço de proposições muito concretas sobre vários temas. É rebelde de um lado, mas propositivo de outro.

Adverso - Como estão as tratativas para uma possível vinda do subcomandante Marcos a Porto Alegre?

Cassen - Quando estive com ele, na véspera de sua chegada à Cidade do México, dia 10 de março, essa era a idéia. Sua primeira saída ao exterior seria para Porto Alegre, para consolidar o *status* de Porto Alegre como pólo de resistência ao neoliberalismo.

Adverso - Saiu na Folha de S. Paulo que a organização do Fórum Social Mundial estaria dividida. O que o sr. sabe sobre isso?

Cassen - Já falei com quase todos os membros do Comitê e o que ocorreu foram problemas devido ao estresse, ao esforço, à falta de tempo. Eu diria que são problemas nervosos. Mas não há nenhuma divisão importante. Todos são meus amigos. Há unidade total sobre o caráter propositivo do próximo Fórum. Depois de um sucesso como o que foi o primeiro, as pessoas estão hipernervosas e fazem coisas que podem ser malinterpretadas, mas não há nenhuma cisão. Isso eu posso assegurar.